

AMÁLGAMA NEOLIBERAL E NEOCONSERVADORA NO ESTADO E A AGENDA LGBTQIA+

Djonatan Kaic Ribeiro de Souza

*Doutorando em Política Social na Universidade de Brasília – UnB,
kaicribe@gmail.com*

Resumo

Este ensaio teórico reflete sobre como a agenda política LGBTQIA+ no Brasil está implicada à amálgama socioeconômica entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Apesar de fundamentos econômico-políticos e contexto histórico distintos, compreende-se que vivemos um enlace entre essas correntes políticas-ideológicas denominada de “Nova Direita”. O Estado enquanto relação de poder articula formas de reproduzir relações de exploração e opressão, encontra-se determinado por essa amálgama. Implicada a essa condição do Estado, a agenda política LGBTQIA+ encontra-se entre a cruz e a espada. Sendo o Estado agente duplo de normatização sexual, de um lado ele opera junto ao capital a comercialização do projeto de cidadania e, do outro, ancorado ao neoconservadorismo, contribui para o aumento da violência e da regulação sobre gênero e sexualidade numa cruzada colonial e binária heterocentrada. A síntese é que essa amálgama contribui para regulação do Estado sobre a sexualidade ao diminuir sua função social, lançando ao mercado proteção social e “cidadania”, e na (re) produção de uma ideologia anti-LGBTQIA+. Esse processo aprofunda a marginalização de LGBTQIA+ marcados por raça e classe, e desafia a agenda política LGBTQIA+ na produção de alternativas políticas atreladas a um projeto de emancipação.

Palavras-chave: Neoliberalismo, neoconservadorismo, Estado, LGBTQIA+.

Introdução

No Brasil o agendamento dos direitos de “cidadania LGBT” (2003 a 2016) no Estado Brasileiro reposicionou a pauta da liberdade sexual sobre outro prisma na sociedade. O que nos parecia um cenário de avanços sobre direitos de cidadania sexual no país apresenta-se como um forte avanço da LGBTfobia como política sexual no país. O cenário contemporâneo do Brasil é obscuro para a defesa dos direitos à diversidade sexual e de gênero. Neoliberalismo e neoconservadorismo assolam a liberdade sexual numa amálgama moral e tensões econômico-sexuais de restrição de direitos e aumento da violência e barbárie frente à liberdade sexual.

Pereira (2016, p. 118) sinaliza que desde o final dos 1970, o modelo de proteção social, guiado por “critérios de necessidades sociais e pelos princípios da igualdade” vem se esgotando e esvaziando, abrindo espaços para “administração de recursos hipoteticamente escassos e do predomínio do mérito individual sobre direitos sociais, impõem às políticas públicas limites à concretização desses direitos em benefícios de todos”. Esse contexto abriu espaço para “encantamentos ideológicos” que falseiam a realidade com promessas de combate às desigualdades sociais, em nome de combate a vulnerabilidades, promoção de equidade, empoderamento, igualdade de oportunidades e etc., conjuntamente com críticas ao Estado intervencionista, pregando-se um discurso individualista, anticomunista, moralista e tradicionalista.

Este texto reflete as tensões entre a liberdade sexual que se encontram ameaçadas sob a faceta neoliberal e neoconservadora, que constituem uma agenda obscura da Nova Direita. Compreende-se por Nova Direita a amálgama entre neoliberalismo e neoconservadorismo, em que a influência “de duas ideologias conflitantes derivou uma nova prática política, econômica, social e cultural pautada pelo neoliberalismo *econômico* e o neoconservadorismo *social e político*” (PEREIRA, 2016, p. 120), numa clara combinação de mercado, individualismo, defesa da propriedade privada, autorresponsabilidade com autoridade, disciplina, valores patriarcais e tradicionais, moralismo e hierarquia, reforçando “reforçou a nova práxis direitista presente em praticamente todo o mundo ocidental, desde os anos 1980, incluindo a proteção social” (PEREIRA, 2016, p. 122). O Estado representa uma

relação de poder e desse modo à exclusão da diversidade sexual das políticas sociais brasileiras ocorreu e ocorre de forma sistemática de 2004 até os dias atuais. O fio condutor deste texto será a crítica ao papel do Estado na produção de relações sociais reprodutoras de dominação e exploração econômica-sexual, que impedem o desenvolvimento de uma sociedade igualitária e sexualmente democrática.

Resultados e discussão

Estado, Neoliberalismo e Neoconservadorismo

Para compreender os impactos do neoconservador e neoliberal na liberdade sexual, entendemos ser necessário, apreender o Estado enquanto uma “condensação particular de redes e relações de forças numa sociedade, as quais permitem que sejam produzidas e reproduzidas relações de exploração e dominação” (OSÓRIO, 2019, p. 21). Assim, o Estado é uma relação social, produtora de interesses, valores e costumes e encontro de diversos núcleos de poderes (gênero, sexualidade e raça, a exemplo), que garantem que os “tecidos fundamentais que geram a reprodução societária, estão atravessados pelas funções estatais (OSÓRIO, 2019, p. 18 – 19)”. Esses tecidos refletem num conjunto de instituições, leis, normas e regulamentos que organizam toda a convivência humana, centrada nas funções de dominação e poder estruturado pelas classes sociais.

Assim, é papel do Estado, manter a exploração, dominação e a força política das classes dominantes. Osório, nos chama atenção que essa manutenção se dar via ocultamento do caráter de classe presente no Estado, com o objetivo de transformá-lo numa dimensão puramente política, criando uma ruptura entre processos econômicos e políticos.

a economia (sujeitos desprovidos de meios de vida e de produção, compra-venda da força de trabalho, regresso cotidiano dos operários ao mercado de trabalho etc.) parece funcionar regida por suas próprias regras e aparece como autônoma em relação aos processos políticos (que tornam possíveis processos como àqueles anteriormente apontados). A política, por sua vez, é vista como desligada da economia, como um processo independente e autônomo. Não se revela que são determinados projetos que prevalecem na

organização da vida em comum. O Estado capitalista – sua principal cristalização – aparece assim como estranho à exploração e à reprodução das classes; em sua representação clássica o Estado capitalista democrático as dilui e as atomiza (OSÓRIO, 2019, p. 22 – 23).

Assim, o Estado aparece como “resultado de um pacto *entre indivíduos* que decidem delegar sua soberania com a finalidade de encontrar condições de convivência em sociedade” (OSÓRIO, 2019, p. 23). Esse pacto age de forma a ocultar seu caráter de classe, conduzindo para o entendimento de é uma entidade neutra e de que seu papel é mediar interesses, mascarando-se “como o reino da razão” (OSÓRIO, 2019, p. 24), ou seja, um falseamento da realidade, o Estado de classe, quer ser lido, como um Estado de todas/os. Os reducionistas economicistas ou políticos falseiam o próprio capitalismo e a sua necessidade de cindir esferas da sociedade, assim, assuntos que se dê na política (leis, organização da vida, pautas de cidadania) e na economia (desigualdade social e apropriação dos meios de produção) não sejam vistos como unidades, assim, o que crítica Osório é que “Estado e a política não são epifenômenos da economia. Mas tampouco constituem esferas independentes e autônomas, tal como prefere afirmar o pensamento dominante. São dimensões de uma unidade diferenciada”. (OSÓRIO, 2019, p. 25).

Os valores humanos como igualdade, cidadania e justiça social tomam uma dimensão apartada das esferas econômicas e, de maneira complexa, operam um ocultamento do fato de que indivíduos “fazem parte de classes sociais inter-relacionadas, em que prevalece a condição da desigualdade” (OSÓRIO, 2019, p. 23). A igualdade torna-se imaginária, quando sua existência é fragmentada e desligada da coexistência entre política e economia e do Estado como agente dessa apartação.

Destacamos que uma das particularidades, do Estado, enquanto relação de poder nos países de economia dependente é a barbarização da vida social que se expressa, por “altos níveis de conflito social, alguns latentes e muitos outros manifestados. A reprodução do capital sustentada na superexploração gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego” (OSÓRIO, 2019, p. 208 – 209).

Essa barbárie se expressa em ignorar necessidades e condições das/dos trabalhadoras/es e com a condição de subdesenvolvimento, ocasionando processos de trabalho mais prolongados, precarizados, exploração acentuada da força de trabalho, baixa remuneração pelo trabalho, condições precárias de alimentação, de saneamento, de segurança pública, elaborando um contexto complexo de socialização da vida humana a barbárie generalizada e forte fragilidade social e existencial dos indivíduos.

Nessas relações de poder inseridas pelo Estado, de separação do político do econômico e da banalização e degradação da vida humana, neoliberalismo e neoconservadorismo incendem perspectivamente a essas características e as aprofundam dentro do Estado. Neoliberalismo e neoconservadorismo, duas correntes teórico-políticas distintas, que formam o que chamamos de Nova Direita (PEREIRA, 2016), se combinam e coexistem com essa estrutura de dominação e exploração do capitalismo dependente brasileiro, promovendo uma verdadeira amálgama de expressões deletérias para a condição humana. O neoliberalismo é uma programática econômica social contra o Estado Social e os padrões de produção keynesiana, com o argumento central de “total rejeição a qualquer tipo de interferência limitante proveniente do Estado sobre os mecanismos mercantis” (PEREIRA, 2016, p. 123). E o neoconservadorismo, pode ser interpretado como uma amálgama de valores contrários ao comunismo, socialismo, direitos humanos e liberalismo econômico.

Pereira (2016) situa que os fundamentos do neoconservadorismo embasam-se na ideia que os problemas sociais são insolúveis e só podem só podem ser aliviados, assim, se aceita a desigualdade social como natural e insuperável e o Estado deve abandonar qualquer ideologia que acredite na igualdade e cidadania plena, e apenas melhorar políticas de saúde e previdência desde que não seja onerosa para o Estado e abrir condições para as pessoas disputarem a proteção social no mercado, sustentando um sentimento ultranacionalismo, a fim de proteger, o Estado das políticas externas, tudo isso espelhado numa forte aversão a expansão de pautas de esquerda (racial, gênero, sexualidade, meio ambiente, laicidade estatal).

Resgatados os fundamentos filosófico-econômico do neoliberalismo, sua introdução no Estado brasileiro se dá via a “contrarreforma do Estado” (BEHRING, 2008). O Estado brasileiro adere às políticas neoliberais com o governo Fernando Henrique Cardoso e o Plano

Diretor da Reforma do Estado (1995) que leva o país a orientações conservadoras voltadas para o mercado, numa tensa relação entre, de um lado, o processo de transição democrática a pleno vapor e, do outro, aumentava a resistência ao desmonte de uma estrutura produtiva do país (BEHRING, 2008, p. 130). Esse movimento justificou a formulação da contrarreforma do Estado pelo seu agente balizador Bresser Pereira, que contribuiu na introdução do neoliberalismo, para sustentar uma “disciplina fiscal, a privatização e a liberação comercial” (BEHRING, 2008, p. 172), assim, objetiva-se de fato um Estado mínimo em suas feições sociais e de responsabilidade com a cidadania e os direitos.

Nessa programática inversa ao pacto social da Constituição Cidadã (1988), o “lugar da política social [e dos direitos sociais] é deslocado: os serviços de saúde e educação, dentre outros serão contratados e executados por organizações públicas não estatais competitivas” (BEHRING, 2008, p. 173), ou, como poderia ser dito, o pensamento neoliberal será a ordem espontânea – o mercado – que garantirá a intervenção do Estado na desregulamentação das funções sociais, bem como acredita no mercado como espaço de desenvolvimento econômico e social. Sendo o Estado à condensação de poder de classe nas relações sociais, observa-se que a contrarreforma do Estado é a inserção brasileira a qualquer custo no capitalismo internacional representando “uma *escolha político-econômica*, não um caminho natural diante dos imperativos econômicos”. (BEHRING, 2008, p. 198).

O neoliberalismo elimina as funções sociais do Estado e instaura uma política de disciplina orçamentária, contenção de gastos públicos, contrarreformas – trabalhistas, previdenciárias, tributárias, privatizações, desregulamentações e o incentivo ao Terceiro Setor, Organizações não Governamentais (ONG) e ao mercado como forma de realização das necessidades individuais. Trata-se de uma clara reação de caráter conservador e regressivo no campo dos direitos sociais, a favor do capital, a fim de recuperar a produção e acumulação em escala global, visando renovar o poder de classe. A coexistência das relações de dominação e exploração, de um capitalismo dependente sobre a ética neoliberal e neoconservadora, fortalece a barbarização e fragilização da vida humana, que se espelha, no sistema de proteção social brasileiro, que não corresponde às necessidades humano-sociais frente às desigualdades sociais.

De mãos dadas com essas dimensões, o pensamento neoconservador sustenta o papel da família, da religião (judaico-cristã), da naturalização dos gêneros e da sexualidade, discriminação étnico-racial, reivindicando que os movimentos de direitos humanos e sexuais, corroem a família tradicional, o que provoca crimes, vícios, misérias, elaborando “uma nova abordagem ideológica que mesclou individualismo, o anticomunismo e a economia de mercado com o conservadorismo tradicional, especialmente em seus postulados morais, institucionais e comportamento” (PEREIRA, 2016, p. 130-131). O neoconservadorismo, não pode ser reduzido a pautas morais, mas sua ênfase moralista na realidade brasileira é o principal elemento que formula a unidade com a ideologia neoliberal, já que nos parece verdadeiro que neoliberalismo e neoconservadorismo se unem em esfera econômica e moral para manutenção da reprodução capitalista.

A política da Nova Direita reafirma a cisão entre econômico e político, afirma que “no capitalismo, os problemas sociais são inerentes à vida em sociedade e nem todos precisam de conserto ou alívio; há de se lidar com eles” (PEREIRA, 2016, p. 139), de forma a priorizar o econômico em detrimento do social e não correr o risco de enfraquecer e quebrar o sistema produtivo e a economia, assim o “que não é *problema natural* é considerado falha individual. Os erros e fracassos são encarados como de responsabilidade exclusiva de sujeitos inabilidosos ou com severos vícios de caráter: preguiça, vadiagem, acomodação”. (PEREIRA, 2016, p. 142).

Além dessas relações, a visão de ser humano da Nova Direita é a de que este é “naturalmente egoísta e pautado pela busca de ganhos pessoais por meio de procedimentos e práticas, que raramente visam à felicidade do outro e ao bem estar coletivo. Sendo assim, o ser humano egoísta precisa ser elogiado quando é bem-sucedido e punido quando fracassa” (PEREIRA, 2016, p. 143). Por isso, o Estado de Bem Estar é inconveniente e contrário à natureza humana; assim, conceitos como justiça social, necessidades ou direitos são “incompatíveis, também, com o individualismo e egocentrismo naturais à espécie humana” (PEREIRA, 2016, p. 143).

Liberdade Sexual no contexto do neoliberalismo e neoconservadorismo

Na relação entre liberdade sexual e Estado o que está em jogo é a apropriação econômico-sexual do corpo, do sexo, do desejo e das identidades sexuais e sua regulação concentrada pelo Estado. Observa-se que, na relação com o Estado, esta regulação manifesta-se através do liberalismo sexual (de cunho neoliberal) e do reacionarismo sexual (de cunho neoconservador), em que tanto o sexo quanto à regulação burguesa do “binarismo de gênero e a heteronormatividade sancionados pelo Estado” (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 68), são formas contemporâneas de manutenção da opressão sexual que passa por “normalizar formas de sexo que no passado foram tabus no interior de uma zona expandida de regulação estatal e maneira favorável ao capital que incentiva o individualismo, a vida doméstica e o consumo de mercadorias” (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 69).

Nas relações sociais contemporâneas a opressão sexual ganha proporções muito obscuras, pois “o capital não é mais implacavelmente contrário aos arranjos sexo/gênero queer e não cis. Nem as grandes corporações insistem em uma única forma normativa de família ou sexo” (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 69 - 70). A contradição reside no fato que, enquanto o capital vende o sexo e o neoliberalismo o comercializa, elabora-se um discurso e engendram-se práticas que não reconhecem os direitos sexuais, produz aumento das violências, o aumento do individualismo e reacionarismo sexual com os movimentos neoconservadores e a promoção de uma normalidade sexual que impactam as lutas por liberdade sexual. Como sinalizam as autoras, esse liberalismo sexual está vinculado a mecanismos regulatórios de base estatal (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019).

Esse campo de liberdade normatizadora se expressa, por exemplo, no consumo enquanto porta de saída para alguns grupos usufruírem da sua liberdade sexual como preço para se manterem uma “normalidade gay” que “pressupõe uma normalidade capitalista”, o que gera “marginalização e repressão duradouras de pessoas queer pobres, em especial grupos étnicos” (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 72 – destaques das autoras). Destacam as autoras que “O

resultado é que hoje os movimentos de libertação sexual estão presos entre a cruz e a espada: um lado quer entregar mulheres e pessoas LGBTQ+ à dominação religiosa e patriarcal, enquanto outro nos serviria em uma travessa para a predação direta do capital” (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 73). Nessa linha, é preciso enfrentar as regulações do Estado sobre a sexualidade e o consumismo (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 73).

Em 2004, com o lançamento do “Programa Brasil sem Homofobia” (BSH), a sexualidade ganha destaque nas políticas públicas, fora do aspecto de saúde-doença e é elevada à categoria de cidadania. Esse programa adiciona o termo e a categoria *Homofobia* na agenda Estatal em torno das políticas sociais (IRINEU, 2016)¹. Esse agendamento abriu espaço para diversos programas, projetos, políticas e acirramento de disputas por projetos de direitos de cidadania a população LGBT, e assim, expressou na relação entre liberdade sexual e Estado, a dominação política sobre o corpo, sexo, desejo e das identidades sexuais, via regulação sexual.

Na amálgama neoliberal e neoconservadora, se ganha espaço, nessa disputa política, a disputa tornou-se aparentemente entre movimentos sociais de diversidade sexual e de gênero e movimentos neoconservadores e religiosos. Perdendo de vista, as pautas econômicas e a não transformação das políticas de cidadania LGBT, políticas públicas, devido à ascensão e fortalecimento do neoliberalismo na estrutura do Estado. Como chama atenção Irineu (2016), a relação entre política sexual e economia, estava bem delimitada no governo Lula (2003 a 2011), a valorização do Brasil como país livre da LGBTfobia, se instara junto a uma política econômica neoliberal e de valorização do Terceiro Setor e das ONG’s como espaço de desenvolvimento das políticas LGBT no país. Destaca a autora que a principal contradição das políticas de direitos humanos do governo Lula, e conseqüentemente das ações iniciais das políticas LGBT’s, é que foram elaboradas e estimuladas no contexto de aprofundamento

1 Em 2002 o governo Fernando Henrique Cardoso lança o II Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que continha 518 ações, e destas 05 diziam respeito à garantia do direito à igualdade para gays, lésbicas, travestis e transexuais. Contudo o Brasil sem Homofobia, além de uma ação, é o primeiro programa com status de política, com orçamento, institucionalidade, diferente das ações do II PNDH, que não tinham a mesma perspectiva de institucionalidade.

do neoliberalismo, refletindo em ambivalências e contradições para as políticas de cidadania LGBT no Brasil. (IRINEU, 2016, p. 114).

Esses conflitos e contradições expressam-se no forte apoio do governo federal as ONG's, sendo, objetivo do Plano Plurianual (PPA – 2004/2007) “o diálogo e apoio financeiro por parte do Estado às instituições não governamentais, o que se configura na desresponsabilização por parte do Estado em executar as ações previstas para garantia de direitos sociais e humanos” (IRINEU, 2016, p. 114). Assim, notamos que a criação da primeira política pública específica para população LGBT, criada em 2004, já enfrentava as “contradições neoliberais, o que implicará em disputas orçamentárias e limitará a proposta governamental” (IRINEU, 2016, p. 114-115). Salvador (2010) sinaliza que o orçamento é uma dimensão fundamental para compreender as políticas sociais, pois expressa “as correlações de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos, bem como a definição de quem vai arcar com o ônus do financiamento dos gastos orçamentários” (SALVADOR, 2010, p. 172).

O governo da presidenta Dilma Rousseff (2012 a 2016) é marcado pela disputa ideológica entre movimento de liberdade sexual e neoconservadorismo religioso “fundamental para a compreensão dos avanços e dos retrocessos das políticas e direitos LGBT nesse período, bem como os impasses de um governo sustentado por uma política conciliatória de forças antagônicas” (TOITIO, 2017, p. 02). Com a centralidade do poder religioso entrando em conflito com pautas de gênero e sexualidade, a presidenta Dilma Rousseff foi interpelada de diversas formas, quanto em suas pautas políticas sobre o agendamento de diversidade sexual no seu governo.

Em agosto de 2010, a presidenta lança a “Carta Aberta ao Povo de Deus”, para “neutralizar a imagem “negativa” de Dilma, sobretudo no que tange às assim chamadas “questões morais”, a estratégia passava pela aproximação da figura da candidata a valores cristãos” (TOITIO, 2017, p. 05), tendo a linha central o valor ao “sagrado da família”. Durante o segundo turno eleitoral, a então candidata lança, no dia 15 de outubro, a segunda mensagem ao “povo de Deus”, em que reafirmava que a candidata era pessoalmente contra o aborto e que não iria modificar a legislação atual sobre o tema, mesmo com a aprovação do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), o mesmo iria ser revisto para não aprovar nenhuma ação que afrontasse a família, bem como o Projeto de Lei Constitucional – PLC 122 –, que visava

criminalizar a homofobia e que, caso aprovado, seria sancionado para não violar a liberdade de crença, legitimando o valor cristão de família heterossexual.

Essa conjuntura demonstrava que (TOITIO, 2017, p. 08) no governo Dilma, as políticas e os direitos sexuais “só seriam disputados pelo governo na medida em que não afetassem sua política de alianças, cuja composição incluía partidos conservadores”. Ferreira (2016) destaca que esse agendamento de gênero e sexualidade pela pauta conservadora e da extrema-direita no Brasil passa por ações no campo legal-formal com forte incidência da reivindicação dos valores da Família Tradicional estimuladas por Projeto de Lei (PL), como o: PL 6.583/13, que defende o Estatuto da Família; PL 1.672/11, que institui o Dia do Orgulho Heterossexual; e o PL 7.382/10, que pune a “heterofobia” e prevê pena de reclusão para casos de discriminação contra heterossexuais (FERREIRA, 2016, p. 168); além de valores morais/econômicos que negam conquistas como os direitos sociais para população LGBT, impactando em entendimentos manipulados como o “Kit-Gay” nas Escolas, que se propunha na verdade a construir ações e políticas de prevenção à Homofobia nas Escolas em torno da política “Escola sem Homofobia”, que nunca foi executado, e à forte incitação a uma “Ideologia de Gênero” sobre o ensino de educação sexual nas escolas (FERREIRA, 2016, p. 173). Para Irineu (2016) essa conjuntura demonstra a força dos setores conservadores em pautar a sexualidade e o gênero em suas agendas.

O que observamos nesse contexto é que a amálgama neoconservadora e neoliberal ratifica a política sexual burguesa dentro do Estado brasileiro, que esvazia as possibilidades de liberdade sexual, seja com não formulação de políticas públicas ou com a concessão do agendamento conservador sobre a sexualidade. A regulação do Estado sobre a sexualidade inscreve-se na regulação corporal do sexo e do desejo, recaindo também sobre as identidades já que “[agride] a própria identidade sexual do indivíduo” (BIONDI, 2017, p. 147). A expressão mais deletéria dessa amálgama é a LGBTfobia, que traduz em ações anticivilizatórias, agressões, assassinatos, violências e humilhações. Cisne e Santos (2018, p. 128) apontam que a LGBTfobia, reflete uma sociedade desigual que articula patriarcado, rejeição a diversidade sexual e a “fragilidade do Estado de Direito e a naturalização da violência”.

Considerações finais

A amálgama entre neoliberalismo e neoconservadorismo fortalece na cena pública o endurecimento da crítica à liberdade sexual, onde o Estado brasileiro tem papel central na política sexual desempenhada no país. Na amálgama entre neoliberalismo e neoconservadorismo o resultado é a precarização da vida social pautada por profundos abismos, aonde a sexualidade torna-se elemento de produção de desigualdade social. Os governos Lula e Dilma, expressam essa dicotomia entre liberdade sexual e amálgama neoliberal e neoconservadora, que nos governos Michel Temer (PMDB – 2016/2019) e o atual presidente do país, Jair Messias Bolsonaro, tornaram-se o grande desafio para a elaboração de uma agenda de liberdade sexual no Brasil.

Aqui, observa-se que a dominação e exploração, condensada no Estado, no âmbito da sexualidade, estrutura uma forte relação de classe e antagonismo expressada na disputa entre conservadorismo religioso e movimentos sexuais; forte condensação de poder de decisão sobre as pautas sexuais do país; vazão de valores e costumes tradicionais e heterossexistas sobre a diversidade sexual. A LGBTfobia, aqui, manifesta-se como a negação dos direitos sociais, afirmando a violência e aniquilamento da diversidade. Nessa relação, observa-se que o Estado Brasileiro regula a LGBTfobia, a depender dos interesses das suas alianças, e faz da pauta sexual uma moeda de troca entre grupos conflitantes, resultando em uma resposta não democrática às pautas dos direitos sexuais. Ainda mais observável em contexto de corte de gastos e diminuição das funções sociais do Estado, são as pautas sexuais a perderem espaço no orçamento público. Até porque a austeridade fiscal é um projeto que combina um projeto de classe e dominação sexual e racial, mais ressaltado ainda no Brasil, em que a desigualdade social é uma marca da estrutura socioeconômica do país, que se expressa tanto na desigualdade de renda, como também na “desigualdade no acesso e na qualidade de serviços sociais básicos, no desenvolvimento regional e um grande abismo nos indicadores quando analisados com cortes de gênero e raça” (ROSSI; DWECK; ARANTES, 2018, p. 32).

Se aposta num projeto de liberdade sexual que não autonomize economia de política, para que o que se passa no campo da

exploração – como as contrarreformas, e a austeridade fiscal – não se separe do que aconteça na política – a redução da esfera da cidadania; ademais, é preciso recusar a ideia de liberdade sexual individual e, através do mercado, não há possibilidades concretas de efetivação de liberdade sexual em contexto de elaboração de necessidades sociais e desigualdades de classe, raça e gênero. É preciso superar o discurso individualista que mais elabora campos de normalização das sexualidades do que promove pautas emancipatórias. Entre a cruz e a espada do liberalismo liberal e do reacionarismo sexual, devem-se recusar ambos e trilhar caminhos que coadunem com a superação da opressão sexual em sua raiz, a libertação da exploração social e sexual sobre o corpo e o trabalho.

Referências

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1º Edição – São Paulo: Boitempo, 2019.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2º Edição - São Paulo: Cortez, 2008.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M.M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 8).

BIONDI, Pablo. **Sexualidade e disciplina do trabalho na ordem social burguesa**. Caderno Cemarx, nº 10, 2017. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp – SP.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo**. Revista Lutas – PUC SP, Sociais, São Paulo, vol. 20 nº 36. Jan/jun 2016.

IRINEU, Bruna Andrade. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social**. Rio de Janeiro. 2016. Tese de Doutorado.

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo; ABDALA, Paulo Ricardo Zilio; DAMBORIARENA, Luiza Araujo. **A trajetória ininterrupta da reforma do aparelho de Estado no Brasil: Continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo.** Administração Pública e Gestão Social, 9(3).

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PEREIRA, Camila. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes.** São Paulo: Cortez, 2016.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana. **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil.** São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

TOITIO, Rafael Dias. **A disputa entre movimento LGBT e neoconservadorismo religioso no governo Dilma.** 41º Encontro Anual da Anpocs, 2017.